



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A INCLUSÃO EM BUSCA DE UMA
EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA**

Telma Regina Toledo Silva

BELO HORIZONTE, MG - 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A INCLUSÃO EM BUSCA DE UMA
EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, MG - 2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

Telma Regina Toledo Silva

A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A INCLUSÃO EM BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em ___ de outubro de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof.

- Avaliador

Profª Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira – Orientadora

Telma Regina Toledo Silva - Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico a alegria desta conquista especialmente aos meus filhos Pâmela, Eveline e José Braz. Sem vocês essa vitória não teria o mesmo sabor. Obrigado por fazerem parte da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por me sustentar, me dar forças e manter a minha fé.

Agradeço a minha família pela união, pela força e apoio constante.

Em especial agradeço a Pâmela, pelo exemplo de força, fé e esperança. Por mostrar a todos nós a importância de acreditar na vida.

Agradeço ainda aos professores da UFMG e aos colegas de curso, de maneira carinhosa ao João, Alexandre e Vânia.

Também agradeço a todos os amigos, especialmente a Ana Cristina.

“Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a escola pública .”
Anísio Teixeira

RESUMO

O presente trabalho denominado “A gestão democrática e a inclusão em busca de uma educação para a cidadania” tenciona a apresentar através da análise bibliográfica e da criteriosa verificação do Projeto Político Pedagógico da EMEF Doutor João Januário de Magalhães – CAIC, como as ações de democracia e de inclusão são elencadas, com o propósito de ofertar uma educação justa, humana democrática e de qualidade. O objetivo deste trabalho é verificar e analisar como esta unidade escolar utiliza do dispositivo legal PPP para promover a gestão democrática e a inclusão de maneira que possa colaborar para que o cotidiano escolar seja sempre pedagógico e inclusivo, levando assim a oferta de uma educação de qualidade. Foi utilizado como embasamento o referencial teórico e o PPP. Para tanto é imprescindível que seja dada oportunidade a todos de participarem, incluam e interajam com o processo educacional, não somente permitir-lhes de estarem dentro dos espaços da escola. Cidadania, democracia, inclusão e interação são essenciais para a promoção de uma educação humanizadora e de qualidade.

Palavras chave: Gestão democrática, inclusão, interação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. GESTÃO DEMOCRÁTICA, INCLUSÃO E ENSINO DE QUALIDADE.....	11
1.1 A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A INCLUSÃO NA EMEF DOUTOR JOÃO JANUÁRIO DE MAGALHÃES.....	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
REFERÊNCIAS	17
BIBLIOGRAFIA	18
ANEXO	19

INTRODUÇÃO

As unidades escolares têm como responsabilidade a transformação social, a preparação de seus alunos para que possam exercer plenamente a cidadania, assumindo seus deveres e se apossando dos seus direitos, de maneira que possam tornar-se cidadãos críticos, éticos, autônomos e ocupem o seu lugar na sociedade de maneira ativa e atuante.

De acordo com o Artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Para tanto a escola precisa estar preparada para atender, lidar e conviver com a diversidade de alunos, pais, responsáveis e comunidade, permeados de suas culturas, vivências, crenças, particularidades e individualidades.

Sendo a educação um direito de todos, a escola deve preocupar-se para que o aluno consiga o pleno desenvolvimento de suas habilidades, abandonando o tradicionalismo e a pedagogia da exclusão.

Vários fatores e ações contribuem para a efetivação da gestão democrática, mas os essenciais são a inclusão e a interação. Inclusão da comunidade escolar e do entorno, dos familiares, de novas ideias, do trabalho coletivo, de novas práticas pedagógicas e da real interação de todos os envolvidos com o processo educacional, como salienta Prais (2008, p. 168):

[...] a constituição de um espaço público de direito que, em condições democráticas, deve promover um ambiente favorável à aprendizagem e garantir estruturas necessárias à oferta de um serviço educacional de qualidade que vise a superação de uma educação seletiva e excludente e, ao mesmo tempo, estabeleça relação com o mundo da produção e, conseqüentemente, da distribuição da riqueza.

Democracia e inclusão são inseparáveis e somente com a efetivação destes dois princípios que se conseguirá atingir uma educação de qualidade.

Logo este trabalho tem como objetivo analisar e examinar de maneira crítica, refletindo como a gestão democrática e a inclusão foram elencados no Projeto Político Pedagógico da EMEF Doutor João Januário de Magalhães - CAIC, que está situado na Alameda dos Ipês nº 230, no Jardim Eunice, no município de Alfenas,

MG, de maneira a colaborar com o cotidiano escolar, pedagógico e inclusivo, de modo a efetivar uma educação de qualidade.

Baseado no referencial teórico e focado no Projeto Político Pedagógico – PPP da EMEF Doutor João Januário de Magalhães, este trabalho pretende verificar os subsídios utilizados na gestão e nas práticas pedagógicas, de maneira a contribuir para que a escola se torne democrática, inclusiva e conseqüentemente oferte um ensino de qualidade.

A análise iniciará com a elaboração de um texto contemplando as reflexões teóricas a cerca da gestão democrática, da inclusão e da conquista de uma educação de qualidade, seguida da análise crítica e minuciosa do PPP e finalizando com ponderações e considerações a cerca da efetivação do ensino amparados pela gestão democrática e a inclusão.

1. GESTÃO DEMOCRÁTICA, INCLUSÃO E ENSINO DE QUALIDADE

No contexto histórico da educação brasileira verifica-se a utilização da gestão unilateral, centralizadora e até ditadora, contudo com as lutas, congresso, fóruns, conferências e o empenho dos movimentos sociais, amparados pelos dispositivos legais iniciou-se a implementação da gestão democrática.

Desde 1988 que as instituições são orientadas a implementar a gestão democrática, a promover uma educação igualitária, humanizadora em promoção a cidadania, como relata o artigo 206 da Constituição Federal – CF(1988):

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;
VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
VII - garantia de padrão de qualidade.

Reafirmando esses conceitos e amparando a educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996) estabelece em seu Artigo 3º o princípio da gestão democrática, além de explicitar os termos de organização do sistema de ensino no Artigo 14º:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Partindo do pressuposto da gestão democrática em consonância com o princípio de educação para todos, respeitando a todos, sem exclusão, a inclusão caminha junto com a gestão democrática e estes são elementos fundamentais para que todos sejam tratados, auxiliados e exerçam a sua cidadania.

Ao se falar em inclusão, deve se entender que não se refere a colocar nos espaços educacionais pessoas portadoras de alguma necessidade especial ou com

alguma deficiência, mas de absorver, entender, comungar, compreender as diferenças, adequando-se, preparando para que os alunos não sejam divididos, taxados, rotulados e nem sua diferença seja evidenciada.

A gestão democrática e a inclusão nas escolas, somente serão efetivamente implementadas e conseguirão contribuir com a construção da autonomia e da cidadania, se priorizarem ações que são essenciais a este processo, que é a elaboração e implementação do Projeto Político-pedagógico – PPP e dos Conselhos Escolares e o investimento em formação e valorização dos profissionais da educação.

Ao priorizar essas ações e utilizar o PPP como um instrumento norteador do trabalho pedagógico e de gestão, será possível a promoção de um trabalho coletivo baseado no princípio da igualdade e assim estará sendo proporcionado a comunidade escolar e do entorno da escola um espaço democrático com vista a uma educação de qualidade.

Para gerir de maneira democrática e promover a inclusão, o gestor e os profissionais da educação devem ter ciência e conceberem a importância da integração de pais, alunos, professores, profissionais da educação, enfim de todos os envolvidos direta ou indiretamente com a educação.

Dentro das unidades educacionais e da construção de uma educação de qualidade a cidadania e a autonomia são elementos que constituem a base do processo educacional. Para que se consiga melhora na educação, a cidadania e a autonomia não devem ser separadas, conforme salienta Touraine (1996, p. 92):

Democracia terá possibilidades de se desenvolver plenamente quando os atores sociais e atores políticos estiverem ligados uns aos outros e, portanto, quando a representatividade social dos governantes estiver garantida, com a condição de que essa representatividade esteja associada à limitação de poderes e à consciência de cidadania.

Portanto para que se consiga proporcionar uma proposta educacional inclusiva que atenda a todas as necessidades dos alunos, que seja capaz de desenvolver plenamente as habilidades necessárias a aquisição de conhecimentos, tornando-os cidadãos responsáveis, éticos e autônomos, a escola deve ofertar um ambiente propício a aquisição de conhecimentos, a formação intelectual, humana, moral e social.

Sendo a escola responsável pela transformação social dos alunos, a gestão democrática inclusiva, pautada na coletividade, no bem comum, na inclusão e interação de todos os agentes educacionais, torna-se um maneira revolucionária, inovadora e consciente de preparar os alunos para assumir o seu papel político e educativo na sociedade como afirma Prais (2008, p. 170):

Neste sentido, a gestão colegiada constitui-se em condições decisiva, senão a mais importante, para assegurar as ações necessárias À organização e a à articulação de um processo educacional voltado para a garantia da realização da função essencial da escola: a promoção da efetiva aprendizagem de todos os alunos, sem admissibilidade de exceção, de modo a torná-los capazes de, no uso adequado de sua cidadania, enfrentar os desafios colocados pela sociedade e de promover, quando necessário, a sua transformação.

Para tanto a escola deve com suas práticas pedagógicas, administrativas e sociais criar maneira, mecanismos e propostas capazes de promover uma real e consciente transformação na educação proporcionada aos alunos, incluindo a todos na gestão, sanando deficiências físicas, culturais, sociais e ideológicas.

As unidades escolares são referências dentro da sociedade e um mecanismo capaz de proporcionar a toda a comunidade, aos alunos, professores e funcionários um espaço democrático, igualitário, onde é possível exercer plenamente a cidadania.

1.1- A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A INCLUSÃO NA EMEF DOUTOR JOÃO JANUÁRIO DE MAGALHÃES

Na construção do Projeto Político Pedagógico da EMEF Doutor João Januário de Magalhães houve a preocupação desde o momento em que nele foi elencado as finalidades da escola, de incluir políticas inclusivas, não no sentido de trazer para dentro do espaço físico pessoas com necessidades especiais, mas sim incluir a comunidade no trabalho escolar, tornando-a participativo, como ressalta Boaventura (2008, p. 113):

[...] sugere-se que estas escolas trabalhem mais efetivamente as questões relacionadas à inclusão social e escolar, para que possam realmente viabilizar a inclusão, por meio de trabalhos escolares que envolvam alunos e toda a comunidade escolar, que tragam para esta realidade da escola familiares e a sociedade como um todo, visando à desmistificação em relação à convivência em uma mesma escola de alunos com ou sem deficiência, buscando esclarecer que esta realidade é possível, mas somente poderá ocorrer esta quebra de paradigmas arcaicos se os gestores escolares abordarem efetivamente essas dimensões, não apenas demagogicamente, mas mediante ações cotidianas, nas práticas escolares.

Portanto, não basta apenas abrir as portas e dizer que está se gerindo a escola de maneira democrática. As atitudes e ações desenvolvidas no processo de administração escolar devem ser pautados na elaboração e implementação de um PPP consciente e não meramente para cumprir uma obrigatoriedade burocrática.

Ainda é contemplado no PPP, nos itens “Tempo e Espaços Escolares”, “Processo de Decisão” e “Avaliação” a importância da implementação da gestão democrática participativa e inclusiva, para que consiga atingir uma educação de qualidade.

Visando a efetivação da gestão democrática e consciente da importância da contribuição do Conselho Escolar na promoção de ações deliberativas, consultivas e fiscalizativas, a equipe da EMEF Doutor João Januário de Magalhães envolve seus membros no cotidiano escolar.

Segundo Prais (2008 , p 171):

A administração colegiada cria a cultura da administração de resultados, caracterizada por decisões comprometidas com a qualidade e com a garantia de continuidade das ações. [...] Enfim no processo da administração colegiada devem se manter sempre presentes o sentido pedagógico e o sentido político que impregnam a sua ação.

Desta maneira a gestão conseguirá em conjunto com a comunidade construir a identidade da unidade escolar que está gerindo, atendendo os anseios da comunidade em que está inserida, sem deixar de cumprir sua missão pedagógica.

Percebe-se no PPP da EMEF Doutor João Januário de Magalhães a preocupação em buscar a participação da comunidade do entorno escolar no seu cotidiano, como também a busca por um atendimento igualitário e especializado, proporcionando atendimento individualizado e diferenciado aos alunos com alguma deficiência em sua sala de recursos ou buscando parcerias com a APAE.

Foi bem salientado no eixo Tempo e Espaços Escolares a preocupação com a diversidade que a escola recebe, tendo o cuidado de fazer um atendimento humanizado e de qualidade, utilizando de processo de inclusão e interação, apostando nas diversas possibilidades de ensinamento e de aprendizado.

Diante destas perspectivas a EMEF Doutor João Januário de Magalhães promove feiras, encontros, reuniões, debates, projetos e atividades extra turnos envolvendo comunidade, alunos, familiares e funcionários da escola, de maneira que eles tenham espaço, voz e vez de pontuarem sobre os assuntos escolares, de opinarem a respeito de novas ações a serem implementadas.

Com estes momentos, a comunidade escolar e do entorno encontram a possibilidade de se mostrarem, de expor seus talentos, de se apresentarem, de partilharem, de exercerem seus direitos e cumprir com os seus deveres. Aprendem a desenvolver atividades coletivamente, a viver em sociedade e exercer sua cidadania.

Portanto com a dedicação, o esforço e a persistência da equipe da EMEF Doutor João Januário de Magalhães _ CAIC, buscando participação e apoio da comunidade em que está inserida e se pautando nos dispositivos legais, se conseguirá a fusão da democracia e da inclusão e atingirá a excelência na educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento deste estudo e da análise do Projeto Político-Pedagógico e das referências bibliográficas percebe-se a maneira com que a gestão democrática inclusiva é contemplada, sua abordagem, dimensão e influência na oferta de uma educação de qualidade.

Através do embasamento e da reflexão feita a partir dos autores estudados, foi possível constatar que efetivar a gestão democrática participativa e inclusiva nas unidades escolares demanda persistência, dedicação e força de vontade.

Foi constatado ainda que gestão democrática e inclusão devem ser consideradas indissociáveis. Devem estar interligadas, pois só com a prática de uma gestão realmente participativa e que integre a todos os atores envolvidos com o processo educacional se conseguirá proporcionar aos alunos uma real educação igualitária e de qualidade, atingindo assim os objetivos elencados neste trabalho.

A gestão democrática inclusiva deve atingir a administração pessoal, financeira e principalmente pedagógica, iniciando pela construção do PPP de maneira compartilhada, consciente e responsável, incluindo e integrando todos no processo, de maneira a proporcionar ações que levem a mudanças e transformações necessárias para conseguir ofertar um ensino de qualidade.

Para tanto a equipe gestora não deve medir esforços e trabalhar de maneira árdua para conseguir efetivamente que a comunidade do entorno escolar se integre socialmente com a escola e se apodere de seus direitos de cidadãos, favorecendo assim a inclusão no seu pleno sentido, a coletividade, a divisão de responsabilidades, o respeito a diversidade e a luta pelo bem comum.

Ao elencar em seu PPP a preocupação com a democracia, com a participação popular e com o atendimento especializado e individualizado aos alunos com deficiência ou dificuldade, a EMEF Doutor João Januário de Magalhães está utilizando desta importante ferramenta para embasar e direcionar os seus trabalhos.

Nas unidades escolares, a democracia e inclusão devem ser indissociáveis, proporcionando a oferta de um ensino de qualidade, abolindo a seletividade e a exclusão de alunos e comunidade do processo de construção da cultura e da identidade escolar.

REFERÊNCIAS

BOAVENTURA, Roberta Silva. **A gestão escolar na perspectiva da inclusão**. Disponível em http://tede.unoeste.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=128 Acesso 27/08/2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº 939496 de 20/12/1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L9394.htm>, acesso em 25/08/2013.

PRAIS, Maria de Lourdes Melo. **Democratização da Gestão e Qualidade social da educação: Fundamentos da Boa Governança**. Perspectivas em Políticas Pública. Volume I, nº 2, Belo Horizonte, 2008.

TOURAINE, Alain. **O que é a democracia?** 2 ed. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996

BIBLIOGRAFIA

DALBÉRIO, Maria Célia Borges. **Gestão Democrática e políticas inclusão social e educacional.** Disponível em <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2010/02/6-Texto-Revista-Educa%C3%A7%C3%A3o-em-Foco-Gracielle-resumo-abstrat.pdf>

Acesso em 25/08/2013.

MATTOS, Graciele Fernandes Ferreira. **Gestão democrática e inclusão escolar: um possível diálogo.** Disponível em

<http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2010/02/6-Texto-Revista-Educa%C3%A7%C3%A3o-em-Foco-Gracielle-resumo-abstrat.pdf> Acesso em

25/08/2013.

FERASO, Glaucia. **PAGO**, Terezinha. **Gestão democrática e o principio de inclusão, com perspectiva de cidadania.** Disponível em

http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/article/view/1555/pdf_245 Acesso

em 28/08/2013.

ANEXO
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO EMEF DOUTOR JOÃO
JANUÁRIO DE MAGALHÃES
ALFENAS - MG



ESCOLA MUNICIPAL DR. JOÃO JANUÁRIO DE MAGALHÃES - CAIC

PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA - 2013

**ALEXANDRE FLAUSINO DA SILVA
JOÃO DE OLIVEIRA BATISTA
TELMA REGINA TOLEDO SILVA
VÂNIA MARIA FRENHAN ALVES**

ALFENAS - MG
ESCOLA MUNICIPAL DR. JOÃO JANUÁRIO DE MAGALHÃES –
CAIC

PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA - 2013

Projeto Politico-pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Regina a. Barros de Souza do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Alfenas, 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
FINALIDADES DA ESCOLA	5
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	6
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa.....	6
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	7
CURRÍCULO.....	10
TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	13
PROCESSOS DE DECISÃO.....	16
RELAÇÕES DE TRABALHO.....	18
AVALIAÇÃO.....	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS.....	24

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Dr. João Januário de Magalhães – CAIC, foi criada pela Lei Municipal nº 2734 de 10 de outubro de 1995. Atende aos alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental no período diurno e EJA - Educação de Jovens e Adultos, no período noturno. Localizada na Alameda dos Ipês nº 230, no Jardim Eunice, no município de Alfenas, MG. Telefones (35)- 3698-2130, (35) 36982123 e 36982131. email. secretaria.caic@alfenas.mg.gov.br, diretor.caic@alfenas.mg.gov.br. Web Site www.dr-joao-j-de-magalhaes-caic.webnode.com.

Nossa equipe conta com 90 profissionais experientes, especializados cada um na sua área de competência e que tem o bem estar e o desenvolvimento do aluno como prioridade. Nesse processo o professor é o mediador dessa interação do aluno com o conhecimento, proporcionando um mundo de informação e comunicação para que ele possa construir seu pensamento, suas aptidões e atitudes, possibilitando aprendizagens significativas.

Em sua parte física conta com salas amplas e arejadas proporcionado ao aluno conforto e bem estar. Possui sala para atendimento individual aos pais ou responsáveis. Ampla e bem equipada biblioteca, bem como laboratório de ciências e laboratório de informática. Nossos espaços externos são bastante aproveitados e utilizados por nossos alunos e a comunidade em geral.

A escola pertence ao Sistema Municipal de Ensino, com aproximadamente 600 alunos no ensino fundamental no período diurno e 100 alunos na EJA noturno. Por ser localizada na periferia da cidade, os alunos e comunidade, apesar das dificuldades que enfrentam tanto sociais quanto intelectuais valorizam muito a escola pois sabem que nela é que vão conseguir condições de um futuro melhor.

Esse PPP foi elaborado pela direção, coordenação e comunidade escolar visando o comprometimento com a formação de um cidadão crítico e inserido na sociedade com uma situação social e econômica resolvida, buscando ações que o levem a atingir objetivos que norteiam o cotidiano, vivenciado. Este PPP é voltado para a construção de um sujeito ativo, participativo e corresponsável pelo saber.

1-FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal Dr. João Januário de Magalhães tem como finalidade oferecer um ensino de qualidade, objetivando formar agentes de transformação do meio, através do trabalho escolar participativo, em articulação com a comunidade. Resgatar os valores essenciais para sobrevivência humana, tornando a escola um lugar prazeroso pelo trabalho em conjunto e conscientizando o aluno para o pleno exercício da cidadania. Enfim, a escola procura ampliar, aprofundar e construir novos conhecimentos, a fim de tornar o aluno capaz de agir com segurança e saber resolver situações do dia-a-dia.

Por isso, sabendo que a Proposta Pedagógica norteia todo o processo de ensino-aprendizagem, estamos elaborando-a com o objetivo de mostrar a realidade da escola e de seus alunos e propor mudanças.

Cabe à escola, ao elaborar a sua Proposta Pedagógica, debater os parâmetros apresentados e pensar o seu currículo e as alternativas pedagógicas para concretizá-lo.

A Escola Municipal “Dr. João Januário de Magalhães” está vivenciando este desafio. Temos como meta, a aprendizagem e tudo devem ser intencionalmente organizadas para que esse objetivo se concretize, pois seguramente as pessoas convivem no tempo-espaço escolar com o objetivo de aprender e ensinar e esta interação necessária ao processo de aprendizagem pressupõem o exercício dos alunos levantando hipóteses, redefinindo-as quando necessário, investigando sempre curiosos, interessados, perguntando e produzindo.

Com esse propósito o Corpo Docente da Escola Municipal “Dr. João Januário de Magalhães” se propõe a alcançar os seguintes objetivos:

Possibilitar ao educando oportunidades favoráveis ao desenvolvimento de suas potencialidades, tendo em vista o atendimento às diferenças individuais;

Favorecer a sondagem de aptidões, no sentido de orientar o aluno em sua opção e posterior integração na força do trabalho;

Proporcionar iniciação técnica que permita ao educando integrar-se na comunidade como elemento produtivo ou prosseguir seus estudos;

Manter intercâmbio comunidade-escola oportunizando a integração do aluno seu meio físico e social;

Capacitar o aluno a situar-se dentro de um mundo dinâmico e em constante mutação sócio cultural através de preparação adequada para atuar nas diferentes situações cotidianas;

Favorecer condições para que o aluno possa usar da liberdade com consciência e dignidade;

Partir de práticas escolares e de modelos de gestão democrática construídos em nível local que permitam incorporar as necessidades e trabalhar sobre elas ao longo do processo, assegurando acesso ao conhecimento e satisfação das necessidades básicas de aprendizagem para todos, conquistando assim a autonomia da escola;

Acompanhar a frequência dos alunos, o seu rendimento e procurar recuperá-lo no momento em que sua aprendizagem se mostrar insuficiente.

2- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A escola procura adequar o espaço interno e externo conforme os objetivos definidos na proposta, contemplando a função pedagógica da escola, a saber: desenvolvimento de habilidades e competências, atividades dirigidas, recreativas e esportivas.

Segundo Veiga (2002 p.79) diz que a escola, em geral, dispõe de dois tipos básicos de estrutura: a administrativa e a pedagógica. A estrutura administrativa compreende a locação e gestão de recursos humanos, físicos e financeiros e dá sustentação à estrutura pedagógica. Um projeto Político Pedagógico que visa definir as questões de ensino-aprendizagem, de política, a metodologia e o currículo sem organização da estrutura administrativa não consegue dar conta das demandas da escola. O importante é que a escola construa o seu Projeto político Pedagógico e seu Projeto Administrativo.

2.1 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

A escola é composta pela seguinte estrutura administrativa: seu quadro de funcionários possui 41 professores P1, no período diurno, 10 professores P2 no período noturno, 03 coordenadores de turmas (supervisores), 02 orientadores e 32

funcionários de serviços gerais, para a manutenção do prédio, um diretor e um vice-diretor.

Em sua parte física estrutural conta com uma quadra coberta, duas quadras de areia, um auditório, um laboratório de informática, um laboratório de ciências, uma ampla e bem equipada biblioteca, refeitório e cozinha industrial, uma sala de coordenação e supervisão, uma sala de orientação e atendimento aos pais, uma sala de direção, uma sala de professores com banheiros masculino e feminino, e 16 amplas e arejadas salas de aula. O espaço externo é bastante amplo e diversificado.

A manutenção da escola é feita pela Prefeitura Municipal e pela AUC (Associação dos Usuários do CAIC), com recursos do FNDE através dos Programas: PDDE; Educação Integral(Mais Educação); e PDE Interativo.

2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

Regime: A Escola Dr. João Januário de Magalhães - CAIC encontra-se organizada em regime de ciclo nos anos iniciais e Intermediário de alfabetização e de seriação nos anos finais do ensino fundamental (EJA).

Organização temporal: A organização do tempo escolar assegura o mínimo de 200 dias letivos e 800 horas anuais para o ensino fundamental, assim como 100 dias letivos e 400 horas semestrais para a modalidade EJA de ensino fundamental, nos termos da legislação pertinente.

Do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental

Os três primeiros anos de escolaridade, destinados a Alfabetização, a que terão ingresso os alunos com seis anos de idade completos ou a completar até 31 de março do ano em curso, terão suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que, ao final de cada ano, todos os alunos sejam capazes de:

I- 1º Ano:

- a) desenvolver atitudes e disposições favoráveis à leitura;
- b) conhecer os usos e funções sociais da escrita;
- c) compreender o princípio alfabético do sistema da escrita;

d) ler e escrever palavras e sentenças.

II- 2º Ano:

- a) ler e compreender pequenos textos;
- b) produzir pequenos textos escritos ;
- c) fazer uso da leitura e da escrita nas práticas sociais.

III- 3º Ano:

- a) ler e compreender textos mais extensos;
- b) localizar informações no texto;
- c) ler oralmente com fluência e expressividade;
- d) produzir frases e pequenos textos com correção ortográfica.

Ao final desses três primeiros anos, destinados à Alfabetização, todos os alunos devem ter consolidado as capacidades referentes à leitura e à escrita necessárias para expressar-se, comunicar-se e participar das práticas sociais letradas e ter desenvolvido o gosto e apreço pela leitura.

Na área da Matemática, todos os alunos devem compreender e utilizar o sistema de numeração, dominar os fatos fundamentais da adição e subtração, realizar cálculos mentais com números pequenos, dominar conceitos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e resolver operações matemáticas com autonomia.

O 4º e o 5º ano, a que terão ingresso os alunos que já adquiriram as habilidades de ler e escrever terão suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que todos os alunos, ao final de cada ano, sejam capazes de:

I- 4º Ano:

- a) produzir textos adequados a diferentes objetivos, destinatário e contexto ;
- b) utilizar princípios e regras ortográficas e conhecer as exceções;
- c) utilizar as diferentes fontes de leitura para obter informações adequadas a diferentes objetivos e interesses;
- d) selecionar textos literários segundo seus interesses.

II- 5º Ano:

a) produzir, com autonomia, textos com coerência de ideias, correção ortográfica e gramatical;

b) ler compreendendo o conteúdo dos textos, sejam eles informativos, literários, de comunicação ou outros gêneros.

Ao final do 4º e 5º ano, todos os alunos deverão ser capazes de ler, compreender, retirar informações contidas no texto e redigir com coerência, coesão, correção ortográfica e gramatical.

Na área da Matemática, todos os alunos devem dominar e compreender o uso do sistema de numeração, os fatos fundamentais da adição, subtração, multiplicação e divisão, realizar cálculos mentais, resolver operações matemáticas mais complexas, ter conhecimentos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e ao tratamento de dados em gráficos e tabelas.

A programação curricular do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, tanto no campo da linguagem quanto no da Matemática, deve ser estruturada de forma a, gradativamente, ampliar capacidades e conhecimentos, dos mais simples aos mais complexos, contemplando, de maneira articulada e simultânea, a alfabetização e o letramento.

Na organização curricular dos anos iniciais, os conteúdos curriculares devem ser abordados a partir da prática vivencial dos alunos, possibilitando o aprendizado significativo e contextualizado.

Os conteúdos de Ciências, História e Geografia devem ser ministrados articulados ao processo de alfabetização e letramento e de iniciação à Matemática, crescendo em complexidade ao longo dos Ciclos.

A questão ambiental contemporânea deve ser trabalhada partindo da realidade local, mobilizando as emoções e energia das crianças para a preservação do planeta e do ambiente onde vivem.

Arte e recreação, com aulas especializadas ou não, devem oportunizar aos alunos experiências artísticas, culturais e de movimento corporal.

O ensino religioso, com aulas especializadas ou não, deve reforçar os laços de solidariedade na convivência social.

A organização das turmas é feita pelos coordenadores, supervisores e professores. A enturmação é mista e é realizada considerando a idade, o ritmo de aprendizagem e outras circunstâncias relevantes para que as turmas sejam formadas o mais equilibrado possível.

Sempre que possível e necessário podem ser organizadas classes ou turmas com alunos de níveis de ensino distintos, de acordo com o grau de conhecimento.

Para as aulas práticas, em laboratórios (informática e sala de recursos) ou outras, as classes são divididas em turmas que atendam às peculiaridades dos alunos e aos recursos físicos do estabelecimento.

Em toda a Educação Básica o regime de matrícula é anual, sendo que para o ingresso no 1º ano a criança deve ter seis anos completos ou a completar até o dia 31 de março do ano em curso.

A escola trabalha também em torno de projetos, como forma de desenvolver atividades de ensino e aprendizagem, favorecer a compreensão da multiplicidade de aspectos que compõem a realidade, uma vez que permite a articulação de contribuições de diversos campos de conhecimento, dentre eles, os Temas Transversais.

3 - CURRÍCULO

Currículo são os conteúdos a serem ensinados e aprendidos; as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos; os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais; os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino; os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus de escolarização.

Essas concepções refletem diferentes compromissos e posições teóricas. O que podemos afirmar, no entanto, é que as discussões curriculares envolvem os temas relativos aos conhecimentos escolares, aos procedimentos pedagógicos, às relações sociais, aos valores que a escola inculca às identidades dos (as) alunos (as). Cabe ressaltar que as discussões inevitavelmente recaem sobre questões relativas ao conhecimento, à verdade, ao poder e à identidade, com maior ou menor ênfase.

Todavia, a escola, procura centrar o currículo dentro da realidade presente na instituição. A interação é constante entre a comunidade escolar propiciando discussão entre os sujeitos comprometidos e abertos ao diálogo, tornando-se uma ferramenta essencial para a qualidade do trabalho e garantia do sucesso.

Nessa perspectiva, o processo de ensino/aprendizagem não tem como finalidade a transmissão de conteúdos prontos, mas, sim, a formação de sujeitos capazes de construir, de forma autônoma, seus sistemas de valores e, a partir deles, atuarem criticamente na realidade que os cerca. (Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Educação 1994, p. 33).

O currículo da Base Nacional Comum do Ensino Fundamental na Escola Municipal Dr. João Januário de Magalhães – CAIC abrange obrigatoriamente o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente a do Brasil, bem como o ensino da Arte, a Educação Física e o Ensino Religioso.

Os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental são assim organizados em relação às áreas de conhecimento:

- Linguagens:

a) Língua Portuguesa;

b) Língua Estrangeira moderna;

c) Arte;

d) Educação Física;

- Matemática;

- Ciências

a) História;

b) Geografia;

- Ensino Religioso.

O currículo do Ensino Fundamental tem uma base nacional comum, a ser complementada e por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

A base nacional comum e a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental constituem um todo integrado e não podem ser consideradas como dois blocos distintos.

Os conteúdos curriculares que compõem a parte diversificada do currículo serão definidos pelos sistemas de ensino e pelas escolas, de modo a complementar e enriquecer o currículo, assegurando a contextualização dos conhecimentos escolares em face das diferentes realidades.

Na parte diversificada do currículo é incluída em toda a rede municipal a Iniciação à Informática e Educação Patrimonial e Turismo por sermos de uma cidade turística e a inclusão de tal disciplina permite que resgatemos nossas culturas e tradições.

Os conteúdos curriculares da educação básica observam, ainda, as seguintes diretrizes:

Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.

Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

Orientação para o trabalho;

Na organização curricular dos Anos Iniciais, os conteúdos curriculares devem ser abordados de forma interativa, a partir da prática vivencial dos alunos, possibilitando o aprendizado significativo e contextualizado, num movimento crescente de compreensão da realidade.

A programação curricular dos Anos Iniciais, tanto no campo da linguagem quanto no da matemática, deve ser organizado de maneira que possa gradativamente, ampliar capacidades e conhecimentos desde aos mais simples aos mais complexos, para que promovam simultaneamente a alfabetização e o letramento. Nessa organização os conteúdos curriculares devem ser abordados de forma interativa, a partir da prática vivencial dos alunos, possibilitando o aprendizado significativo e contextualizado, num movimento crescente de compreensão da realidade.

Os conteúdos de Ciências, História e Geografia devem ser ministrados articulados ao processo de alfabetização e letramento e de iniciação a Matemática, crescendo em complexidade ao longo dos Anos.

A Arte e recreação, com aulas especializadas ou não, devem oportunizar aos alunos experiências artísticas, culturais e de movimento corporal, através de jogos, ginástica, dança, esportes e festas.

A escola deve, ao longo de cada ano, acompanhar sistematicamente os processos de aprendizagem dos alunos, utilizando de estratégias diversas de intervenção pedagógica para sanar, de imediato, as dificuldades evidenciadas, a fim

de garantir que todo aluno alcance ao final de cada ano o padrão básico de desempenho esperado.

Os conteúdos curriculares dos Anos Finais são os contidos nos Conteúdos Básicos Comuns.

O ensino da História do Brasil e as culturas indígena e afro-brasileira, presentes no ensino de Arte, Literatura e História do Brasil devem assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos para constituição da nação.

O Ensino Religioso, de matrícula facultativa ao aluno, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui componente curricular dos horários normais das escolas, como componente curricular de todos os anos do Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religioso do Brasil e vedadas qualquer formas de proselitismo.

Nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental a Educação Física é ministrada por professor regente de aulas habilitado. Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo.

A Educação Ambiental e a Educação para o Trânsito fazem parte do processo ensino-aprendizagem dos alunos considerando sua formação integral para a vida cidadã, e não podem deixar de ser desenvolvidos de forma interdisciplinar integrado aos conteúdos da parte nacional comum e parte diversificada, na escola é desenvolvido em forma de projetos.

A Música constitui conteúdo do componente curricular Arte, o qual compreende também as artes visuais, teatro e a dança.

O desenvolvimento da educação alimentar e nutricional perpassa o currículo escolar de toda a Educação Básica, abordando o tema alimentação e nutrição, visando estimular a formação de hábitos alimentares saudáveis em crianças e adolescentes e, extensivamente em suas famílias e comunidades, através de projetos, em parceria com as Universidades do nosso município. Contamos com o apoio de profissionais de saúde que sempre fazem campanhas e palestras sobre

saúde e alimentação, tais procedimentos muitas das vezes são estendidos também aos pais que são convidados a participar dos eventos.

Os planejamentos na escola são feitos de forma coletiva pelos professores com apoio da equipe pedagógica, os professores de cada série se reúnem e juntos fazem seu planejamento e traçam o plano de trabalho anual, sendo que o mesmo pode sofrer mudanças no decorrer do período. Também são definidas as datas de reuniões com pais, auditórios e apresentações.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O meio é fruto do homem e, por isso mesmo, ele pode ser modificado ou conservado segundo a sua vontade, essa que, se educada para a cidadania, para o respeito mútuo, para a valorização das diferenças, para o respeito ao meio ambiente, ao cuidado consigo e com o outro encontrará canais abertos para se efetivar e buscar o sucesso do processo de ensino aprendizagem e a formação de uma sociedade mais justa.

A maioria dos alunos que frequentam a instituição vem das classes populares, trazendo consigo conhecimentos, hábitos, habilidades, vivências e uma curiosidade inesgotável de entrar em contato com o mundo que desconhecem e uma necessidade afetiva de atenção e carinho. Atualmente encontram-se matriculados na instituição 521 alunos distribuídos em 28 turmas nos turnos matutino e vespertino.

As turmas são formadas por idade cronológica. Para atuar no Ensino Fundamental, o docente deverá ter a habilitação exigida na lei 9394/96.

A escola atende crianças com necessidades educacionais especiais, mas não conta com um psicopedagogo. Atendendo crianças em parceria com a APAE e sala de recursos com equipamentos necessários ao atendimento dos alunos com maiores dificuldades, acreditando-nos diversos caminhos para a aprendizagem, criando uma escola da qual todos façam parte, independentemente de seu talento, necessidade, situação socioeconômica. A escola oferece aos professores por meio de reuniões, debates, cursos e sensibilização formas de acolher os alunos com necessidades educacionais especiais, buscando assim novas propostas educacionais.

A criança quando vai à escola, espera encontrar nela um espaço no qual possa crescer, desenvolver suas habilidades, socializar, fazer descobertas, aprender, encantar, satisfazer, enfim, se tornar uma pessoa melhor e com mais oportunidades para enfrentar os desafios da vida. Sendo inegável o papel do professor como estimulador e motivador para que esta possa realizar todos os seus anseios.

O professor é para o aluno um exemplo a ser seguido. O fazer pedagógico deve estar voltado para o desenvolvimento integral do aluno. Muitos são os envolvidos neste processo: diretor, supervisor, coordenadores, professores e pais. A escola deve funcionar de maneira harmônica.

No espaço escolar é ofertada uma rotina rica e flexível, respeitando as diferenças individuais dos alunos e as características de cada turma. Oferecendo espaços ricos em aprendizagens: sala de informática, biblioteca, espaços para interação (jogos, brincadeiras), sala de recursos, entre outros.

A maneira como o professor desenvolve suas aulas é de suma importância para que ocorra o sucesso do processo de ensino – aprendizagem. É desenvolvido o trabalho levando-se em conta todas as especificidades dos alunos, tudo é planejado antecipadamente. As atividades desenvolvidas são de acordo com a proposta pedagógica da escola e de acordo com o nível de cada turma. A avaliação é feita através da observação e registro em fichas e também através de portfólios dos alunos e da professora. As professoras trabalham também através de projetos, principalmente os projetos de leitura, escrita e que envolvam matemática.

A EJA (Educação de Jovens e Adultos) funciona no período noturno e possui neste momento 100 alunos matriculados e com idade acima de 15 anos, que buscam ter uma melhor formação para o trabalho e outras conquistas na vida pessoal, com a conclusão do ensino fundamental anos finais.

Esta modalidade de ensino possui uma rotatividade muito grande no número de alunos por estar dividida em períodos (1º ao 4º período), a escola se adapta as necessidades do educando, os mesmos trabalham em média acima de 6 horas diárias o que dificulta a sua permanência na escola.

Cabe ao professor que deixou os alunos em estudos complementares:

- I - elaborar uma ficha diagnóstica com as dificuldades destes alunos (por conceito);
- II - colaborar na elaboração do plano de estudos baseado nas dificuldades diagnosticadas e na avaliação das atividades planejadas.

Os professores, à vista das dificuldades apresentadas pelos alunos, devem elaborar um plano de estudos, orientando-os na realização de estudos dirigidos, trabalhos, pesquisas e outras atividades.

Cabe ao professor da disciplina e especialistas de educação, em conjunto com o conselho de classe, definir a melhor alternativa de atendimento ao aluno, levando em consideração a complexidade do conteúdo curricular, o nível de conhecimento do aluno, bem com outras variáveis que possam interferir em seu processo de aprendizagem.

Nos estudos complementares, o professor sempre que possível em conjunto com o Conselho de Classe, deve acompanhar o desenvolvimento do aluno, avaliando-o no processo, para fins de prosseguimento dos estudos.

Para dar reais condições ao professor e ao aluno para avaliar e reavaliar o desempenho pedagógico, as dificuldades encontradas na assimilação, transferência e aplicação dos novos conteúdos são realizadas aulas de reforço que são ministradas após cada conteúdo dado.

Visando à recuperação contínua e tentando sanar as dificuldades encontradas, serão desenvolvidas as seguintes ações:

Reuniões com os professores analisando o rendimento escolar a adequando o conteúdo ao nível de dificuldades encontradas.

Análise e reflexão junto aos professores dos conceitos e sugestão para melhoria do rendimento.

Levantamento, na medida do possível, dos reais motivos da evasão, buscando as razões da desistência em contatos com o aluno e seus familiares.

Discussão e sugestão de professores para os problemas mais emergentes e possíveis soluções.

Reuniões informativas e formais junto à direção e assistência para sugestões que visem aprimorar o ensino e a aprendizagem.

Sensibilizar os professores com o ato de ensinar, promovendo a democracia escolar.

Escolher na sala os alunos que serão classificados como “elemento de apoio”, que serão os alunos que apresentam sucessos na aprendizagem. Esses alunos serão instruídos pelos professores para ajudar os colegas com dificuldades.

Recuperação paralela com atividades diversificadas, trabalho individual e em grupo.

Recuperação ao final do ano letivo em todos os conteúdos (EJA).

O professor tem o compromisso de estar avaliando continuamente, como também de estar reforçando os conteúdos sistematicamente se for necessário.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

O Colegiado é um órgão representativo da comunidade escolar, com funções de caráter deliberativo e consultivo nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da escola.

As funções de caráter deliberativo compreendem a tomada de decisões relativas às diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, desenvolvidas na escola.

As funções de caráter consultivo compreendem a emissão de pareceres, quando consultados pelo diretor ou pela comunidade escolar sobre:

- Proposta de medidas que visem à melhoria do ensino;
- Avaliação de desempenho dos profissionais da escola;
- Avaliação institucional da escola;
- Outras situações decorrentes das ações pedagógicas, administrativas e financeiras desenvolvidas pela escola.
- Ao colegiado, observado as normas legais e as diretrizes estabelecidas para o setor educacional e as especificidades da comunidade escolar, competente:
 - Participar da elaboração, implementação e avaliação da P.P.P.
 - Acompanhamento do processo de composição do quadro de pessoal.
 - Acompanhar e aprovar a aplicação dos recursos financeiros da escola.

Através de uma gestão democrática a relação da escola com a comunidade é realizada com a participação dos pais e funcionários em reuniões e também

formação do colegiado para tomar decisões e traçar objetivos, buscando assim um ensino de qualidade.

Com reuniões, palestras, trabalho voluntário é possível oferecer uma maior participação da comunidade, contando com uma equipe capacitada, unida e experiente, comprometida com os melhores resultados, garantindo assim um espaço de afetividade, conhecimento, crescimento físico e psico – social.

A instituição apresenta uma boa aceitação quanto às necessidades de buscar meios de “gestão participativa”, isto é feito através de motivações diversas. Apesar disto, a equipe administrativa e pedagógica da escola ainda considera pequena a participação da comunidade. A equipe ainda salienta que a comunidade precisa de um trabalho diferenciado não só por parte da escola, mas também na parte de assistência social, saúde e lazer.

Para que ocorra realmente a gestão democrática é essencial que se faça uma “leitura” detalhada da realidade do entorno da escola, e para que isso ocorra todos os profissionais da educação envolvidos devem ter competência técnica, política e humana, pois só assim poderão superar os obstáculos que possam surgir na conquista de uma escola realmente cidadã.

Portanto, vivenciar a gestão democrática nas escolas significa estar em consonância com esse momento de cidadania que reclama uma participação cada vez mais e atuante da sociedade. A participação na gestão da educação e da escola é um processo de conquista, que ajuda a comunidade a contribuir na tomada de decisões nas escolas e também na construção de políticas educacionais.

Conforme Lima (1988, p. 22) “O conceito de participação surge geralmente associado ao conceito de democracia”. É o que todos os educadores esperam, mas ainda temos escolas muito longe desta realidade. A escola busca meios para que a participação aconteça, mas muitos pais ainda não se conscientizaram da importância da participação, na busca de uma escola pública de qualidade. O autor ainda afirma que a não participação é um ponto negativo para toda escola, destacando que todos os envolvidos na educação saem perdendo: pais, professores, alunos, etc.

Portanto, a construção de um projeto político pedagógico coletivo com a participação de toda a comunidade escolar constitui a identidade de cada escola e é, sem dúvida, o instrumento primordial que permite uma gestão democrática. Assim, a participação de professores, alunos, pais e funcionários na organização da escola,

na escolha dos conteúdos a serem ensinados, nas formas de administração da mesma, será tão mais efetivamente democrática. Desenvolvendo a autonomia e a criatividade na reorganização da escola para melhor propiciar a sua principal finalidade: o educar, no sentido amplo da palavra.

6 - RELAÇÕES DE TRABALHO

Cuidar do ambiente de trabalho, sempre no sentido de reforçar positivamente as atitudes e o esforço de cada um, é compromisso da Escola, assim como promover o trabalho compartilhado num ambiente acolhedor, considerando os direitos, deveres e responsabilidades individuais, de acordo com as atribuições de cada cargo.

É preciso considerar atitudes relevantes como: chamar as pessoas pelo nome, sendo cordial, lembrar as datas dos aniversários, ser atencioso ao ouvir as pessoas. Quando precisar chamar atenção, que o faça de forma ponderada. Priorize o trabalho em equipe, destacando os valores e possibilidades de cada um.

Trabalhar o aprender a ser, e o aprender a conviver é também tarefa do Especialista, responsável, em conjunto com o diretor, por criar um clima educativo na escola, de harmonia e entusiasmo, clima sem o qual se torna difícil garantir sucesso dos alunos e o cumprimento das metas da escola.

Os conflitos de relação são pouco frequentes na escola, seja aluno/aluno, professor/aluno, professor/professor/direção.

Quando ocorrem casos de conflitos com alunos, de preferência são resolvidos pelo professor, quando essa estratégia não é possível, os alunos são encaminhados a direção, onde é atendido pela Especialista e pela Diretora.

Precede às medidas disciplinares aos discentes:

Discutir os valores sociais com os alunos, sensibilizando-o para a solidariedade e o espírito de grupo, que devem nortear a convivência em sociedade;

Estimular a auto avaliação do aluno acerca de seu comportamento;

Prestar esclarecimentos ao aluno sobre as consequências da indisciplina na aprendizagem;

Promover orientação ao aluno quanto à possibilidade de mudança de postura, com intuito de elevar sua estima.

A família é comunicada por bilhete de solicitação de comparecimento a escola, arquivado com a assinatura do responsável. Conflitos graves que excederem essas medidas são buscados auxílios no Conselho Tutelar.

Conflitos com professores e funcionários, são preferencialmente resolvidos na escola, através de um diálogo transparente, registrado em ata.

É fundamental a participação da família no processo de aprendizagem. Os pais precisam acompanhar a vida escolar dos filhos, participando das reuniões promovidas pela escola e atendendo a solicitação quando se fizer necessário.

O envolvimento da família com a escola e os professores é um processo ainda a desejar, uma vez que muitos pais ainda não interessam pelo processo ensino aprendizagem dos seus filhos.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação escolar é um instrumento essencial no processo de ensino, que através da verificação dos resultados obtidos, norteiam objetivos e orienta as decisões a serem tomadas em relação às atividades didáticas.

A avaliação deve incorporar, além da dimensão cognitiva, as dimensões cultural, social, biológica e afetiva, que fazem parte do processo integral da aprendizagem. Deve ser compreendida como parte integrante do processo pedagógico, com o objetivo de identificar os avanços e diagnosticar as necessidades de reorientação das ações educativas.

A avaliação da aprendizagem, como parte integrante do processo pedagógico, tem a função precípua de orientar o processo educativo, de modo a possibilitar:

O atendimento diferenciado aos alunos;

As adequações no plano didático tendo em vista os objetivos curriculares;

O registro de informações acerca do desempenho escolar do aluno.

Cabe à escola, assessorada pelos Especialistas, Equipe Gestora da Escola e Secretaria Municipal de Educação criar estratégias de organização e reorganização do tempo e do espaço escolares, assim como a gestão de pessoal do corpo docente, com vistas a possibilitar ações pedagógicas para o atendimento

diferenciado de alunos com dificuldades de aprendizagem, no tempo em que elas surgirem, com as seguintes estratégias:

Recuperação paralela ministrada pelo professor regente;

Atendimento diferenciado ministrado pelo professor recuperador;

Acompanhamento dos pais.

Os resultados da avaliação da aprendizagem realizada pela escola e os resultados dos Programas de Avaliação externa devem ser considerados no planejamento didático.

Os alunos são avaliados ao longo de todo o ano com apresentação de resultados, de modo a permitir o acompanhamento constante de seu desempenho.

A avaliação do processo de aprendizagem é baseada em objetivos educacionais definidos para cada ano, de forma a orientar a organização da prática educativa em função das necessidades de desenvolvimento dos alunos.

Ao final de cada ano deve haver uma avaliação global do desenvolvimento dos alunos em relação aos objetivos do ano em que se encontram, de forma a orientar o planejamento didático do ano seguinte, garantindo a continuidade do processo de aprendizagem.

O processo de avaliação dos alunos é sistemático, periódico e contínuo.

Na verificação do rendimento escolar observam-se os critérios:

Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;

Possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

Aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

Necessidade de estudos de recuperação paralela.

Os resultados das avaliações do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental assim como da EJA são apresentados utilizando-se conceitos.

A verificação do rendimento escolar é processo contínuo do qual devem participar a direção, especialistas, professores e alunos.

A avaliação do processo de aprendizagem no Ensino Fundamental deve ser contínua, diagnóstica e formadora visando o desenvolvimento global dos alunos, baseada em objetivos definidos para cada ano de escolaridade, de forma a orientar

a organização da prática educativa em função das necessidades de desenvolvimento dos alunos.

É garantido aos pais o acesso aos resultados das avaliações da aprendizagem de seus filhos.

Os resultados da avaliação da aprendizagem devem ser comunicados bimestralmente aos pais e alunos por escrito, utilizando-se notas ou conceitos e informados sobre as estratégias de atendimento pedagógico diferenciado pela escola.

A Recuperação Paralela é adotada em todos os níveis de ensino. O acompanhamento e a avaliação dos resultados dos alunos devem possibilitar:

Replanejamento didático, visando garantir o processo de ensino e aprendizagem;

Permanente informação ao aluno de seu desempenho em relação aos objetivos do currículo;

Planejamento dos estudos de recuperação de acordo com as necessidades do aluno;

Fornecimento dos dados para auto avaliação da escola e informação à comunidade quanto aos resultados do trabalho escolar.

Os processos de avaliação aferem, preferencialmente, a compreensão dos fatos, a percepção de relações, aplicação de conhecimento, as habilidades, competências e automatismo adquiridos, evitando a aferição de dados apenas memorizados.

A avaliação é usada como estratégia para obter as informações pertinentes sobre o processo de aprendizagem, realizar o diagnóstico e redirecionar os rumos da prática pedagógica, sempre que necessário.

Para fins de aprovação do aluno exige-se a frequência mínima, obrigatória de 75% da carga horária total anual e um mínimo de aproveitamento em relação aos objetivos definidos para os conteúdos curriculares do nível que se encontra.

Participam da avaliação todas as pessoas diretamente ligadas ao processo ensino-aprendizagem.

Vários instrumentos de medidas são utilizados, tais como provas, testes, trabalhos individuais ou em equipe, pesquisas, observações, dinâmicas e outros,

devendo o professor selecioná-los de acordo com a natureza da matéria e o tratamento metodológico adotado.

Os instrumentos de avaliação devem ser elaborados pelos professores e avaliados pelos especialistas, de acordo com o currículo.

A auto avaliação do aluno deve ser adotada por constituir instrumento indispensável ao seu desenvolvimento no processo ensino e aprendizagem.

Os resultados da avaliação devem ser submetidos à apreciação do Conselho de Classe, da Direção e Especialistas da escola, para fins de redirecionamento das práticas pedagógicas quando se fizer necessário.

Cabe ao Conselho de Classe, proceder a avaliação do aluno em cada disciplina, com análise periódica de resultados, de modo a permitir ao final do período, recomendar alternativas pedagógicas adequadas às características de cada aluno.

Na avaliação do aproveitamento do aluno do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, A, B e C, na EJA são utilizados notas.

A partir dos resultados é organizada a intervenção pedagógica, que também considera os indicadores de desempenho apontados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Eles orientam para que a instituição escolar reveja sua prática, em que patamar está sua educação; esses indicadores também permitem aos organismos responsáveis pela política educacional desenvolver mecanismos de compensação que superem gradativamente as desigualdades educacionais.

Quando a escola se organiza para construir um processo de avaliação institucional, a partir do planejamento participativo, ela une gestão e avaliação, tendo como ponto de partida o aluno e considerando todos os elementos mediadores do processo pedagógico.

Outro fator importante é a parceria entre gestor, professores, pedagogos, pais e alunos, que devem ter claros os objetivos a ser alcançado, o que pode ser conseguido pela auto avaliação, que ajuda tanto para levantar as ações individuais, como para redefinir os rumos do Projeto Político-Pedagógico.

A avaliação é um processo que não se limita ao pedagógico da sala de aula, mas atinge toda a escola. Assim, a avaliação institucional visa ao aperfeiçoamento da qualidade da educação para transformar a escola em uma instituição comprometida com a aprendizagem de todos e com a transformação da sociedade.

Por todas as razões apresentadas, a implementação do processo de avaliação escolar deve envolver toda a comunidade educativa e avaliar professores, gestores e a própria instituição escolar. E para ser completa, é preciso que ela considere e congregue os resultados da avaliação educacional, envolvendo agentes internos e externos na formulação de subsídios para a melhoria da qualidade.

Para organizar e desenvolver a avaliação institucional numa perspectiva de gestão democrática deve haver participação do Conselho Escolar durante todo processo avaliativo, envolvendo também as famílias como sujeitos corresponsáveis pelo trabalho educativo. As formas de avaliação adotadas pela escola têm obtido resultados satisfatórios, pois as famílias têm participado cada vez mais no processo ensino aprendizagem dos filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político-Pedagógico é um trabalho interligado com a comunidade escolar desde a sua elaboração, na qual todos participam, até a sua implementação, como forma de melhoria da educação. De acordo com a análise do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Dr. João Januário de Magalhães- CAIC pode-se perceber a presença da gestão democrática, o que permite uma extensa participação na construção e no direcionamento das ações educativas concretizadas na escola. Além de participarem das decisões relevantes da administração escolar, as famílias fazem-se presentes no cotidiano das atividades, trazendo sugestões e participando dos eventos promovidos pela escola.

O Projeto Político Pedagógico da escola socializa saberes. É político porque faz parte da esfera dos direitos e é pedagógico porque faz parte do ser na concepção do mundo e cabe à escola sistematizar e socializar cada cidadão, buscar a sua identidade, buscar a alma do povo, a forma de ver o mundo, o diálogo com as particularidades, dar espaço de criação de liberdade.

Deverá expressar qual o caminho, o eixo e a finalidade do trabalho escolar. Ser visto como um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático e de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática no interior da escola. É elaborado no sentido de planejar o que a escola tem que fazer a partir do que é possível construir, o que se pretende

realizar com seus alunos, tendo em vista as necessidades da clientela, da população e das necessidades na qual a comunidade está inserida.

As mudanças, para serem efetivas, precisam ser assimiladas pela comunidade escolar, que criam e recriam o cotidiano da escola. Por isso, antes de qualquer iniciativa de mudança é preciso ter uma "escuta", ou seja, ouvir de modo qualificado todas as vozes da escola e promover mudanças quando se fizerem necessárias.

A educação está no coração da humanidade. A escola é a agência da cidadania formando cidadãos para agir, interagir e se modificar perante a sociedade. Um Projeto Político Pedagógico deve ser alterado sempre que necessário, sempre que algo que surgir não esteja contemplado no mesmo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292p.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB nº 9394/1996). Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1996. 29p.

_____. **Lei da educação ambiental** (9795/99). Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1999.

_____. **Estatuto da Criança e adolescente** (ECA nº 8069/1990). Brasília: Senado Federal, centro Gráfico, 1990.

LIMA, Licínio. **A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica**. São Paulo: Cortez, 1988.

MINAS GERAIS. **Guia do Diretor Escolar**. Secretaria de Educação de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2011.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 15 ed. Campinas: Papirus Editora, 2002.

